



DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DOS ANOS 1960: ZBIGNIEW BRZEZINSKI ENTRE DUAS ERAS*

Rejane Carolina Hoeverler**,

Resumo: nos Estados Unidos dos anos 1960, duas ordens de conflitos preocupavam os defensores da ordem capitalista: o conflito social interno, manifesto na grande onda mobilizatória surgida desde o início da década, e o conflito internacional, no qual a hegemonia desse país se encontra questionada. Zbigniew Brzezinski, um soviétólogo anti-comunista, ligado ao Partido Democrata, produzirá nesse contexto uma obra marcante para a elaboração de novas estratégias hegemônicas, o livro *Entre duas Eras*, o qual simboliza também um ponto de transição em sua trajetória. Nessa obra, detalhadamente analisada neste artigo, Brzezinski propõe um diagnóstico sobre aquilo que ele chamou de “era tecnocrônica” e os conflitos por ela gerados, bem como um programa para uma ação que restabelecesse a ordem por meio da administração do conflito interno e internacional.

Palavras-chave: Zbigniew Brzezinski. Anos 1960. Conflito internacional.

DOMINATION AND RESISTANCE IN THE UNITED STATES OF THE 1960'S: ZBIGNIEW BRZEZINSKI BETWEEN TWO AGES

Abstract: *in the United States of the 1960s, two orders of conflict concerned the defenders of the capitalist order: the internal social conflict, expressed in the great wave of mobilization emerged since the beginning of the decade, and the international conflict in which the hegemony of this country is questioned. Zbigniew Brzezinski, an anti-communist expert on Soviet Union linked to the Democratic Party, will produce in this context a remarkable work for the development of new hegemonic strategies, the book *Between two Ages*, which also symbolizes a transition point in its trajectory. In this work, analyzed in detail in this article, Brzezinski proposed a diagnosis of what he called “tecnocratic era” and the conflicts it generates, as well as a program for action to re-establish order by the administration of the internal and international conflict.*

Keywords: Zbigniew Brzezinski. 1960's. International conflict.

* Recebido em 10.07.2016. Aprovado em: 07.10.2016.

** Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Doutoranda neste programa e bolsista do CNPq.



É bastante recorrente entre os analistas assinalar o curto período entre fins da década de 1960 e início de 1970 como um período central para a compreensão de uma série de características do capitalismo contemporâneo, nas mais diversas searas: econômica, política, culturais, ideológica; e as perturbações econômicas que se manifestam com força em 1973 como comparáveis às crises de 1873 e 1929, embora com características muito diferentes.¹ Uma das áreas mais importantes é a do conflito internacional, no qual um “Terceiro Mundo” emergente, recém libertado do jugo da colonização. Nos Estados Unidos, somado ao questionamento de sua hegemonia internacional, começa um período de resistência de grandes proporções.

A década de 1960 foi um período de exacerbação do conflito social, político e internacional, quando dominação e resistência se confrontaram de inúmeras maneiras nos mais diversos cenários nacionais. Segundo o teórico literário Fredric Jameson, os anos 1960 começam com a Revolução Cubana (1959), sob a influência da descolonização da África inglesa e francesa, e com os primeiros *sit-ins* organizados pelo movimento negro nos Estados Unidos. Começando, nessa leitura, um pouco antes de 1961, a década se encerra com outra série de eventos que atingem seu ápice em 1973. Assim como Antonio Gramsci e Eric Hobsbawm situaram o Século XIX entre a Revolução Americana até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, numa escala de tempo menor, nos parece adequada a periodização para os anos 1960 proposta por Jameson (1992). Nos Estados Unidos, o fim do alistamento obrigatório e o início da retirada das tropas do Vietnã, em 1973, significaram o fim do maior movimento anti-belicista e de solidariedade a um país do chamado Terceiro Mundo que já existira naquele país; isso ao mesmo tempo em que a chamada Nova Esquerda já dava sinais de crise. (JAMESON, 1992, 120).

Concomitantemente, assinala Jameson, os intelectuais do *establishment*, particularmente nos EUA, começam a sair de uma postura um tanto atemorizada e passariam a erguer suas vozes contra o “barbarismo” político e cultural dos anos 1960 – que, mesmo com a entrada da nova década, pareciam não ter terminado. Entretanto, continua Jameson, em julho de 1973,

‘certos ‘intelectuais’ de um tipo bem diverso, representando várias formas concretas de poder político e econômico, começarão a repensar o fracasso do Vietnã em termos de uma nova estratégia global para a afirmação dos interesses dos Estados Unidos e do Primeiro Mundo. O estabelecimento da Comissão Trilateral, por eles promovido, será pelo menos um marco significativo na recuperação de um impulso pelo que deve ser chamado de ‘a classe dirigente (JAMESON, 1992, p. 120).

Zbigniew Brzezinski (1928-) é um desses intelectuais a que se referia Jameson. Um dos mais renomados nomes do pensamento estratégico, político e militar nos Estados Unidos, até o presente, ele se estabeleceu como um influente crítico da política externa dos governos republicanos. Este artigo tem o objetivo de analisar uma proposta de Brzezinski, enquanto influente intelectual orgânico da burguesia estadunidense, soviétólogo conservador e ferrenhamente anti-comunista, no cenário conturbado do final dos anos 1960. Como veremos, ele ofereceu uma das mais influentes respostas, dentro dos círculos conservadores, aos movimentos contestatórios que surgem dentro do país e na arena internacional. Sua intervenção, repercutida nas elites empresariais daquele país, lançaria as sementes da criação de uma importante política imperialista no início dos anos 1970, também referida na passagem acima por Jameson, a *Trilateral Commission*. A elaboração de Brzezinski situa-se no marco de uma classe dominante que necessita ser dirigente, e que, ciente da impossibilidade da eliminação do conflito social, tem por objetivo desenvolver estratégias de contenção e neutralização do mesmo, de forma a reproduzir a dominação capitalista.

A TRAJETÓRIA DE ZBIGNIEW BRZEZINSKI

Natural de Varsóvia, na Polônia, Zbigniew Brzezinski é filho do diplomata polonês Tadeusz Brzezinski, que serviu na Alemanha entre 1931 e 1935, onde “Zbig” testemunhou, ainda criança, a ascensão do nazismo; depois, entre 1936 e 1938, seu pai é movido para a União Soviética, no contexto dos “grandes expurgos” de Stalin.² Ainda em 1938, a família se refugiou no Canadá, de onde assistiu os acontecimentos que precipitaram a Segunda Guerra Mundial. Brzezinski então entra para a McGill



University, onde começa a estudar as nacionalidades existentes dentro da URSS, e depois disso, vai para Harvard, onde cursa o doutorado tendo como tema a revolução russa e suas personalidades, principalmente Lênin e Stálin. No mesmo ano em que conclui o doutorado, 1953, vai para Munique, onde passa a trabalhar com Jan Nowak-Jezioranski (1914-2005)³, então chefe do escritório polonês da *Radio Free Europe*⁴.

A Rádio *Free Europe*, fundada em Munique, em 1949, foi um dos principais instrumentos de propaganda anti-comunista que funcionou dentro dos países da chamada “cortina de ferro”. Supervisionada pela agência federal norte-americana *Broadcasting Board of Governors*, a rádio *Free Europe* foi uma iniciativa do *National Committee for a Free Europe* (NCFE), organização fundada em Nova York, em 1949, e recebeu largo apoio da campanha “Cruzada pela Liberdade” no mandato do presidente D. Eisenhower (1953-1961). Jan Nowak-Jezioranski foi um herói da resistência polonesa durante a Segunda Guerra, tendo servido no *Armia Krajowa* (principal movimento de resistência polonês, braço armado daquilo que ficou conhecido como “Estado Secreto” polonês, entre 1942 e 1945) e ajudado a organizar o *Akcja N*, seção da resistência que preparava falsos jornais em alemão como parte da guerra psicológica sobre as tropas nazistas, tendo também feito inúmeras viagens clandestinas à Europa ocupada (1943).

É no contexto da Guerra Fria que, em colaboração com o cientista político e constitucionalista alemão Carl J. Friedrich (1901-1984)⁵, Brzezinski passou um tempo desenvolvendo o conceito de totalitarismo, visando principalmente caracterizar as ações soviéticas de 1956, o que resultou no livro *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, publicado no mesmo ano (BRZEZINSKI; FRIEDRICH, 1956). O livro foi, juntamente com *As origens do totalitarismo*, de Hanna Arendt, de 1949, um marco na difusão do conceito de totalitarismo no contexto do início da guerra fria, um debate que ganhou repercussão grande na Europa e nos EUA.

Com fortes laços familiares nos EUA, C. J. Friedrich aí se refugiou quando da ascensão de Hitler, tornando-se professor de *Government* em Harvard em 1936. Sua obra é marcada por uma profunda repulsa a movimentos de massa e a instrumentos de democracia direta como plebiscitos, argumentando que eles levam ao totalitarismo, utilizando sempre como exemplo o caso alemão. Durante a Segunda Guerra, trabalhou no *Council for Democracy*, entidade que tinha por objetivo conscientizar os americanos da necessidade de combater o “totalitarismo”. Entre 1946 e 1948, trabalhou como conselheiro para Assuntos de Estado para o Governador Militar da Alemanha, general Lucius D. Clay, participando na elaboração da nova Constituição e na chamada “desnazificação” (GIMBEL, 1968).

Segundo o pesquisador Michael Scott Christofferson, embora haja diferenças significativas entre as apreensões de Brzezinski/Friedrich e Arendt (como por exemplo, uma abordagem mais filosófica da segunda, e mais fenomenológica e monolítica, dos primeiros), as duas análises seriam “significativamente convergentes”, especialmente de comparadas a outras análises pré-guerra fria. Ambas consideram o totalitarismo como regimes *sui generis*, focam na Alemanha nazista e na URSS sob Stalin, dando pouca atenção ao fascismo italiano, sendo as diferenças entre os regimes stalinista e nazista bem diminutas em vista de suas aparentes similaridades; e ambas também localizam a importância da ideologia nesses regimes como sendo resultado de um esforço de fazer história conforme uma “ideologia utópica”. Christofferson anota que, com a primeira *deténte* – quando fica claro que a URSS congela seus esforços expansionistas – Friedrich, na edição de 1965 de *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, revisa sua definição de totalitarismo, enquanto Brzezinski passa a abandonar a ênfase no conceito (CHRISTOFFERSON, 2004). Como também notaram Domenico Losurdo (2006), Arno Mayer (1977) e Enzo Traverso (2005), o conceito de totalitarismo serviu como uma arma ideológica da Guerra Fria, sendo por muitos convenientemente descartado quando não mais interessava.

Em 1957, Brzezinski retornaria pela primeira vez à sua terra natal, onde reafirmaria sua avaliação do tamanho das cisões dentro dos regimes políticos então vigentes no Leste Europeu, as chamadas “democracias populares”. Já como professor de Harvard, ele discordaria publicamente das políticas de Eisenhower e de John Foster Dulles, e, argumentando que um antagonismo frontal com esses regimes só iria empurrá-los ainda mais para a URSS, defendia, em contraposição, uma política de “engajamento pacífico” (*peaceful engagement*), visando apoiar os movimentos internos desses países contra a URSS, mobilizando sua sociedade civil por dentro (BRZEZINSKI, 1961).

Em 1960, Brzezinski torna-se assessor informal da campanha presidencial de John F. Kennedy,



defendendo uma política “não-antagonista” em relação aos governos do Leste Europeu; e em 1964, trabalha na campanha de Lyndon Johnson, apoiando a guerra do Vietnã em sua passagem pelo *Policy Planning Council* do Departamento de Estado entre 1966 e 1968 – embora mais tarde tenha se tornado, como outros antigos apoiadores, crítico da escalada da guerra promovida por Henry Kissinger. Em 1968, participa do *Foreign Policy Task Force* da candidatura presidencial do democrata Hubert Humphrey, defendendo então mudanças em relação às políticas de Lyndon B. Johnson concernentes ao Vietnã, ao Oriente Médio e à URSS. Brzezinski passaria a defender uma posição intermediária entre a abordagem de Kissinger e a do democrata George McGovern, que ele considerava “muito pacifista”.⁶

Academicamente, Brzezinski tinha interlocutores intelectuais influentes como Samuel Huntington, juntamente com outros pensadores americanos como Seymour Martin Lipset e Arthur Schlesinger (BRZEZINSKI, 1971; BRZEZINSKI, HUNTINGTON, 1963).

No governo do trilateralista Jimmy Carter 1977-1981 Brzezinski foi indicado Conselheiro de Segurança Nacional, cargo em que se encarregaria de reorganizar a estrutura do *National Security Council* (NSC). Esse importante órgão do Estado americano, em sua gestão, foi reduzido pela metade e teve o número de comitês reduzido de oito para apenas dois: o *Policy Review Committee* (PRC), com direção rotativa, e o *Special Coordinating Committee* (SCC), que consideraria questões de diversos departamentos, incluindo a supervisão de atividades de inteligência e o controle de armas, e seria presidido permanentemente por Brzezinski. O objetivo dessa reestruturação era diminuir o poder do NSC sobre as decisões de política externa, como era o caso durante a era de Kissinger (ANDRIOPOULOS, 1991).

A indicação de Brzezinski para esse cargo foi bastante útil para Carter, na medida em que dava um sinal aos setores mais conservadores que o combate à URSS continuaria no centro da agenda; no entanto, esse mesmo fato era potencialmente motivo de conflitos com outras indicações de Carter, nomes mais ligados às questões de direitos humanos e das relações com o Terceiro Mundo, como o também comissionário trilateralista Cyrus Vance. Na questão dos direitos humanos, Brzezinski basicamente seguia a interpretação segundo a qual essa campanha deveria servir essencialmente para minar a legitimidade política da URSS, em detrimento da crítica às ditaduras militares na América Latina e em outros países capitalistas aliados, considerados parte do chamado “mundo livre”.⁷

A política dos EUA em relação ao Irã foi um dos mais controversos episódios políticos na carreira de Brzezinski, que já era o Secretário de Estado quando, a partir de 1977-1978, intensificaram-se os movimentos contra o xá Reza Pahlevi, aliado histórico dos EUA na região. Brzezinski exortou o xá várias vezes a empregar a força em maior escala para esmagar a oposição. O jornalista Scott Armstrong, em um especial sobre Irã no *Washington Post*, descreveu o conteúdo de uma das cartas de Brzezinski ao xá “exortando-o inequivocamente a recorrer à força para acabar com as manifestações” (CHOMSKY, 2007, p. 97-8; MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 382-8). O xá, apesar de sua reputação como tirano sanguinário, desconsiderou na última hora as sugestões.

Segundo Armstrong, Carter ainda tinha esperança de que o xá conseguisse continuar no poder mesmo depois que os relatórios dos serviços de inteligência começassem a insistir que, por uma questão de realismo, os EUA deveriam contribuir para uma transição pacífica para quaisquer forças políticas consideradas amigáveis. Brzezinski propôs que se enviasse o navio americano *Constellation*, com 80 aviões e cinco mil marinheiros e aviadores, para auxiliar o xá em qualquer tarefa. O embaixador dos EUA em Teerã, William H. Sullivan, referia-se aos opositores como “estudantes e outro patifes”, numa atuação que é considerada uma das mais desastrosas de todos os tempos da diplomacia americana.⁸ Em janeiro de 1979, o general Robert Huyser foi enviado a Teerã para tentar fazer com que os generais iranianos garantissem militarmente a segurança dos campos de petróleo (CHOMSKY, 2007, p. 97-8). Esses foram apenas alguns dos episódios reveladores da posição do trilateralista Brzezinski diante da revolução no Irã.

O LIVRO *ENTRE DUAS ERAS*: UMA TRANSIÇÃO NA OBRA DE BRZEZINSKI

Entre a trajetória acadêmica como soviólogo e a atuação como Secretário de Estado, um ponto pouco estudado na obra de Brzezinski é justamente o livro *Entre duas eras*, escrito no contexto quente de 1968 e 1969. Esse livro representa uma transição na trajetória de Brzezinski, por isso po-



demos considera-la também como estando ‘entre duas eras’ da sua obra. É a ele que passamos agora a discorrer de forma detalhada, de modo a entender a elaboração de Brzezinski no contexto do auge do conflito social interno nos Estados Unidos.

É consensual na literatura especializada que a obra *Entre duas eras*, de Zbigniew Brzezinski (no original, *Between two ages. America's role in the technetronic Age*), publicada nos EUA ainda em 1969,⁹ foi um impulso fundamental para a criação da Comissão Trilateral, como mencionamos, uma das mais relevantes iniciativas das classes dominantes dos EUA no início dos anos 1970.¹⁰ A partir da ocupação, em 1977, do cargo de Secretário de Estado no governo Carter, Brzezinski se tornaria um dos mais relevantes estrategistas de política externa dos EUA, sendo responsável pelo desenho de toda a política externa no mandato do democrata. Para situar esse autor no contexto político e intelectual dos anos 1960 nos EUA, vejamos um pouco da singular trajetória pessoal e acadêmica de Brzezinski até os anos 1970.

O livro *Entre duas eras* pretendia contribuir, segundo o autor, para a busca de uma perspectiva abrangente para o entendimento de um emergente processo político global que, em sua visão, estaria apagando as distinções tradicionais entre a política interna e a internacional. Seu autor se dizia insatisfeito com o “entendimento fragmentado” que estaria passando a ser predominante nessa nova era; assim, a o objetivo seria escapar à “capitulação ante a complexidade”, fornecendo uma visão ampla num momento de crise, o qual, aliás, seria especialmente fértil para tal tarefa.

Como consta no próprio título, a idéia central de Brzezinski era de que os países industrialmente mais avançados, em especial os EUA, estariam emergindo de seu estágio industrial de desenvolvimento para uma fase em que a tecnologia, especialmente a eletrônica (daí o neologismo “tecnetrônica”), se tornaria a principal determinação das mudanças sociais, cada vez mais rápidas e complexas.

Segundo Brzezinski, o paradoxo dessa época de mudança seria que a humanidade se torna ao mesmo tempo mais unificada e mais fragmentada. A compressão do tempo e do espaço se manifestaria na política global de maneira tanto a gerar formas de cooperação mais amplas quanto dissolver antigas lealdades institucionais e ideológicas. Com isso, estaria emergindo um novo modelo de política internacional.

o mundo deixa de ser uma arena em que nações relativamente homogêneas, ‘soberanas’ e auto-suficientes interagem, colaboram, chocam-se ou entram em guerra. A política internacional, na acepção original da expressão, nasceu quando grupos de pessoas começaram a identificar-se – e a outros – em termos mutuamente exclusivos (território, idioma, símbolos, crenças), e quando essa identificação se tornou, por sua vez, o fator dominante nas relações entre estes grupos. O conceito de interesse nacional – baseado em fatores geográficos, em animosidades ou amizades tradicionais, na economia, em considerações de segurança – implicou num grau de autonomia e peculiaridade que só foi possível enquanto as nações estiveram suficientemente separadas no tempo e no espaço de modo a disporem tanto de área de manobra como da distância necessária à manutenção de identidades distintas [...] Todos os quatro fatores mencionados acima tornam-se agora globais. [...] Os laços transnacionais ganham importância enquanto os clamores de nacionalismo, embora ainda intensos, não obstante vão-se diluindo. [...] A conseqüência é uma nova era – a era do processo político global (BRZEZINSKI, 1971, p. 20).

A referência à ideia de sociedade pós-industrial de Daniel Bell 1919-2011 é absolutamente direta: na verdade, como admite o próprio Brzezinski, seu termo “tecnetrônica” seria tão somente uma tentativa de dar um sentido mais preciso ao termo “pós-industrial” (BRZEZINSKI, 1971, p. 24). Anos antes, em *O fim da ideologia*, conjunto de ensaios sobre diversas temáticas, entre elas a história do socialismo nos EUA, Bell havia vaticinado que chegou ao fim a estrutura que deu lugar ao conflito ideológico de classe do início do século XX.

Apreendendo as mudanças em direção a esta “era pós-industrial” ou “tecnetrônica”, Brzezinski procurava descrever uma série de transformações nos mais amplos aspectos da vida social. Em primeiro lugar, o emprego industrial cederia cada vez mais lugar aos serviços, com a automação e a cibernética substituindo o trabalho industrial propriamente dito; em segundo lugar, os problemas de emprego e desemprego, que teriam dominado a “sociedade industrial”, cederiam agora lugar a outras preocupações, mais ligadas à “atualização das habilidades”, a segurança, férias, lazer, divisões de lu-



cross – ao mesmo tempo em que o bem-estar de milhões de trabalhadores relativamente seguros mas “potencialmente obsoletos” torna-se um problema crescente. Em terceiro lugar, a educação, que na “era industrial” teria se preocupado em universalizar a alfabetização, e era propiciada em períodos de tempo limitados e específicos, agora, com a educação já sendo universal, daria mais ênfase à “seleção qualitativa” e à descoberta de “técnicas mais eficazes para a exploração racional do talento social”.¹¹

Dessa forma, a liderança social, que na sociedade industrial teria passado de uma “elite aristocrática rural tradicional” para uma “elite plutocrática urbana” passa agora desta para uma liderança composta por “indivíduos de talentos intelectuais e habilidades especiais”. “O conhecimento torna-se um instrumento de poder e a mobilização efetiva do talento, um meio destacado de adquiri-lo” (BRZEZINSKI, 1971, p.26). A universidade, que na “era industrial” seria uma torre de marfim distante, “repositório de saber irrelevante, embora respeitado”, torna-se agora um “tanque de pensamento” (literalmente, *think tank*) intensamente envolvido no planejamento político e na inovação social. Ao mesmo tempo,

A crescente capacidade de reduzir os conflitos sociais a dimensões quantificáveis e mensuráveis fortalece a tendência para um modo mais pragmático de encarar os problemas sociais, ao mesmo tempo em que estimula novas preocupações com a preservação dos valores ‘humanos’ (BRZEZINSKI, 1971, p. 27).

O poder econômico estaria se tornando cada vez mais despersonalizado, pelo surgimento de uma “interdependência de alta complexidade” entre instituições governamentais (inclusive a militar), os estabelecimentos científicos, e as indústrias (BRZEZINSKI, 1971, p. 27).

Por fim, ao contrário do que ocorria na “sociedade industrial”, onde predominavam os intensos conflitos políticos sobre direitos políticos, sufrágio universal, etc, na era tecnocrática a questão passaria a ser simplesmente a de assegurar a participação real dos cidadãos em decisões que se tornam cada vez mais complexas para o alcance do cidadão médio, tornando um problema a “alienação política”.¹² Ao invés de organizadas basicamente pelos sindicatos e partidos políticos, como na “era industrial”, as massas agora tenderiam a cair facilmente no alcance de ‘personalidades atraentes’ capazes de explorar as técnicas de comunicação e de manipulação das emoções. A confiança na televisão criaria um envolvimento mais cosmopolita, embora mais impressionista, nos assuntos globais. O impacto dessas transformações na ideologia seria um ponto bastante explorado por Brzezinski.

A “ERA DA CRENÇA VOLÁTIL” OU O “FIM DA IDEOLOGIA”

Daniel Bell, em *O fim da ideologia no mundo ocidental*, ensaio publicado em 1960, rejeitava a definição de classe de Marx a partir do argumento de que, “num mundo político-tecnológico como o de hoje, a propriedade perdeu gradualmente sua força como determinante do poder, e às vezes até mesmo da riqueza efetiva” (BELL, 1980, p. 323). Na mesma linha de raciocínio, Brzezinski afirma que “foi mais fácil estabelecer a crença institucional numa época de isolamento geográfico, cultural e, portanto, psicológico” (BRZEZINSKI, 1971, p. 97). Conforme avança o processo de interdependência entre os povos, todas as crenças institucionalizadas perderiam espaço em detrimento de uma experiência mais individual.

Com uma dificuldade cada vez maior das instituições afirmarem a pureza das doutrinas que alegam representar (seja no caso das igrejas cristãs, seja no caso dos partidos comunistas), estar-se-ia verificando uma verdadeira crise no seio das crenças institucionalizadas, crise esta que abriria novos caminhos de pensamento e sentimento. O marxismo, em sua “irreversível incapacidade” de dar respostas satisfatórias à nova situação mundial, teria presenciado uma dissociação cada vez maior entre o pensamento humanista de suas origens e o partido comunista de tipo leninista, o qual passara a servir apenas para a conservação do poder nos lugares onde ele foi alçado (BRZEZINSKI, 1971, p. 87).

A transição para essa nova “era tecnocrática” seria a grande causa desses efeitos ideológicos e emocionais específicos, que foram resumidos pelo autor no termo “crença volátil”. A “era da crença volátil” estaria intimamente ligada ao impacto da revolução tecnocrática sobre as ideologias e con-



cepções de vida existentes. O padrão dominante passa a ser o de “perspectivas mutantes, desestruturadas e altamente individualistas”, com as emoções servindo como cimento unificador no lugar das instituições, “e com os desvanescentes lemas revolucionários do passado dando a outros a inspiração necessária para enfrentarem um futuro totalmente diferente” (BRZEZINSKI, 1971, p. 73) .A paixão dominante seria a “paixão pela igualdade”, seja entre os homens dentro das instituições, seja entre raças ou entre nações.

Neste contexto, todas as visões totalizantes estariam fadadas ao perecimento, tanto as religiões universais, como cristianismo e islamismo; como as “religiões seculares” – entre elas a identidade nacional, a qual, questionando o papel secular da religião estabelecida, criou um foco de lealdade intermediário (entre o infinito e o imediato). Assim também seria com o marxismo, que segundo Brzezinski significou “um novo estágio na maturação da visão universal do homem”, que teria cumprido um papel revolucionário, e que por algum tempo forneceu, “mesmo aos relativamente deseducados, a sensação de que se acentuara fundamentalmente o seu entendimento dos fenômenos e de que seus ressentimentos, frustrações e vagas aspirações poderiam ser canalizados em ações historicamente significativas” (BRZEZINSKI, 1971, p. 81).

Em suma, Brzezinski defende, a seu modo, o mesmo “fim da ideologia” apregoadado por Daniel Bell:

A complexidade científica e o catecismo – reforçados pelos efeitos impressionistas da crescente dependência da comunicação áudio-visual (televisão) – trabalham contra as qualidades sistemáticas e dogmáticas da ideologia. Neste sentido, portanto, é certo falar de ‘o fim da ideologia’. Religião e ideologia foram parte de uma época em que a realidade era ainda dogmaticamente comprimível em compartimentos intelectualizados; eram ambas reforçadas pelo desejo urgente de traduzir o ideal para o real (BRZEZINSKI, 1971, p. 118).¹³

É impossível não notar, aqui, uma forte semelhança entre essas teses e o “fim das meta-narrativas” que pregaria o pós-modernismo, e aqui cabe uma breve digressão sobre este tema, pois não por acaso, *A condição pós-moderna*, publicada em 1979 por Jean-François Lyotard, também baseava largamente sua visão na idéia de sociedade pós-industrial, de Daniel Bell e Alain Touraine (este, também um interlocutor de Brzezinski) (ANDERSON, 1999)¹⁴ Não somente Lyotard, mas toda a corrente que se identificaria com os preceitos pós-modernos compartilharia com a idéia de “pós-industrial”, já que a modernidade, aqui, é entendida basicamente como sinônimo de indústria, da ideia de progresso e Iluminismo.

A teoria da sociedade pós-industrial, segundo o historiador Alex Callinicos (1989), teria sido um dos três elementos que convergiram no pós-modernismo, juntamente com as mudanças no campo artístico e as proposições filosóficas do chamado pós-estruturalismo – embora, para o autor, o pós-modernismo em geral é baseado em falácias, e não representa uma mudança de época, já que não vivemos num mundo pós-industrial ou pós-moderno, e sim em um mundo plenamente – e mais do que nunca – capitalista. A ideia de “fim da ideologia” proposta por Bell e de certo modo compartilhada pelos autores pós-modernos, segundo Jameson, é apenas mais um “fim” que se juntava ao somatório dos decretos do “fim da arte”, da “morte do sujeito”, e posteriormente do “fim da História” como uma espécie de milenarismo invertido que caracterizou uma estrutura de sentimento (no sentido de Raymond Williams) consonante com aquilo que Mandel chamou de “capitalismo tardio” (JAMESON, 2006).

Brzezinski claramente desdenha e se opõe àquilo que caracteriza, naquela geração (os estudantes de fins dos anos 1960) como um “culto à ação pela ação” como um princípio moral, uma “fuga à razão” em direção à emoção, que não exige um programa. Embora “individualmente enriquecedor”, segundo ele, essa forma de percepção atinge em cheio a democracia liberal, pois a “confusão intelectual” resultante estimula a busca de “fontes externas de estabilidade”, que poderiam tomar a forma tanto de repressão como de confiança em “personalidades cativantes”¹⁵. Todo tipo de ativismo, seja ele pré ou pós-moderno, é encarado como patológico, e seus personagens como infantis.

Tal como os *luddites*, os adversários contemporâneos da revolução tecnológica e eletrônica representam, especialmente nos Estados ocidentais mais adiantados, uma resposta aos novos modos



de viver. Os *luddites* foram ameaçados pela obsolescência econômica e reagiram contra ela. Hoje, os líderes militantes da reação, bem como seus ideólogos, provêm frequentemente daqueles ramos do saber que são os mais sensíveis à ameaça de irrelevância social. Seu ativismo é, pois, apenas uma reação ao temor mais fundamental de que os tempos estejam contra eles, de que esteja emergindo um mundo novo sem a sua assistência ou liderança (BRZEZINSKI, 1971, p. 110-1).

Em comum com Bell, Brzezinski também demonstra uma profunda raiva pelos intelectuais radicais. Segundo Brzezinski, a “reação” da Nova esquerda, que o autor classifica como “ideologia infantil”, também teria sido fruto indireto da revolução tecnocrônica nos EUA. Algo como coisa de estudantes que têm a “vida garantida”, racionalização psicológica diante da “falta de coragem” para enfrentar as “verdadeiras mudanças sociais” que ocorrem, e um longo etc psicologizante. Dentro do amplo conjunto de críticas bastante raivosas à Nova esquerda americana, destacamos aquilo que o autor chamou de “predisposição totalitária” supostamente presente nessa corrente. Segundo o autor, os militantes da Nova Esquerda (que tendem fortemente a se transformar em “Esquerda Violenta”) ameaçavam o liberalismo norte-americano tanto quanto o macarthismo o fez nos anos 1950, prejudicando o “progresso social” norte-americano e intensificando a crise do liberalismo norte-americano (BRZEZINSKI, 1971, p.212).

Crítica similar era feita por Bell em relação aos intelectuais da Nova Esquerda que apoiavam os movimentos terceiro-mundistas:

Entre os membros da ‘nova esquerda’ há uma tendência alarmante para fazer tabula rasa do passado para aceitar a palavra ‘revolução’ como uma justificativa de todos os excessos, para justificar a supressão dos direitos civis e da oposição – em suma, para apagar a lição dos últimos quarenta anos com uma alacridade emocional espantosa (BELL, 1980, p. 328).

A crítica ao pós-modernismo enquanto política irracional, assim como a crítica aos intelectuais da Nova Esquerda, relacionava-se com a noção de declínio da democracia liberal, a qual se fazia acompanhar, por suposto, de um programa de ação. O que ambos defendem, pós-modernos e intelectuais conservadores como Bell e Brzezinski, é a negação radical da ideia de classe social e de luta de classes. O que os une é mesmo apenas um adversário em comum, o marxismo, frequentemente reduzindo sua concepção de classe a algo historicamente datado diante uma nova realidade histórica (uma “pretensa nova era”); mas os conservadores tinham um programa de ação bem diverso, direcionado ao fortalecimento das instituições da ordem.

Se, por um lado, Brzezinski se insere completamente na apologética do “fim da ideologia”, especialmente funcional para o combate às visões de mundo da esquerda e ao marxismo, ele rejeita o entendimento fragmentado da realidade e a política como *happening* ou como dispersão de identidades, típicos do pensamento pós-moderno, já que sua busca é por uma ideologia cimentadora de um novo consenso sobre as instituições democráticas. Como assinalamos anteriormente, a busca aqui é por uma dominação hegemônica.

A IDEIA DE CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

Agora, segundo Brzezinski, mais do que abalar apenas essas crenças, essa turbulência política fruto da suposta “fuga à razão” da nova geração teria um efeito ainda mais perverso, o de gerar uma “crise de fidelidade aos procedimentos da democracia liberal”, especialmente entre os jovens.

A turbulência que aflige o comunismo e a cristandade é visível e direta, com idéias inquietas enfrentando instituições que não querem ceder; a crise de fidelidade à democracia liberal é muito mais enganosa mas não menos real. O funcionamento eficaz de um estado democrático liberal requer uma combinação de devoção social à idéia abstrata de democracia e de legalismo prático que pode facilmente ser deformada por condições de tensão e crise. O processo democrático, além do mais, é difícil de dramatizar, em contraste com idéias de revolução, injustiça e liberdade. Ao contrário, e mais prosaicamente, pede um grau de compromisso processual: isto é, uma preocupação tanto com os meios quanto com o fim do processo (BRZEZINSKI, 1971, p. 99).



Percebe-se nesta parte claramente a definição de democracia basicamente como um conjunto de procedimentos, mais do que como meio para atingir valores permanentes como justiça, igualdade, liberdade. Embora não o cite diretamente, podemos deduzir um diálogo com a noção de democracia de Schumpeter (1961).

Segundo Brzezinski, sempre houve uma divisão, dentro do liberalismo norte-americano, entre uma ala mais pragmática, mais preocupada com os problemas práticos do governo, e uma ala mais ideológica, “eventualmente mais dogmática” e “freqüentemente mais arrogante”. Estes últimos teriam demorado a perceber o caráter anti-democrático e anti-liberal da Nova Esquerda. A “falta de insistência” desta ala nos “métodos legais” também teria contribuído, assim, para o rebaixamento destes, sob a (para ele, falsa) acusação de serem baluartes de instituições conservadoras (BRZEZINSKI, 1971, p. 216). Preocupação especial é dirigida aos movimentos negros adeptos das ações violentas, com os quais tanto a Nova esquerda quanto os “liberais dogmáticos” seriam complacentes.

Como programa de ação, Brzezinski sugeria, juntamente com a aproximação do ducentésimo aniversário da Declaração de Independência, a convocação de uma convenção constitucional, “para reexaminar a estrutura institucional do país”. Seria providencial um diálogo nacional sobre a importância dos arranjos então vigentes, do processo representativo, e os caminhos para a dinamização da administração. Brzezinski assinalava que essa data proporcionaria uma “oportunidade adequada para redefinir o sentido da democracia moderna” (BRZEZINSKI, 1971, p. 233).

No entanto, o próprio autor pondera que dificilmente a necessária inovação política viria de uma reforma constitucional direta, e sim, mais provavelmente, de uma transformação gradual e menos aberta. À medida, principalmente, que o processo político incorporasse a mudança científico-tecnológica, o aperfeiçoamento de técnicas mais eficientes de coordenação poderiam possibilitar maior autoridade e responsabilidade aos “níveis mais baixos”, do governo e da sociedade. O fortalecimento do governo local, especialmente o metropolitano, seria crucial para o processo democrático nos EUA, e a tendência para maior coordenação, com menos centralização, estaria em consonância com a tradição tipicamente norte-americana de “diluir as fronteiras entre a esfera pública e privada”. O papel, por exemplo, das fundações privadas como a Fundação Ford só tende a aumentar, em benefício de uma administração mais coordenada e racionalizada.

Essa mudança na esfera governamental no sentido de uma diluição cada vez maior na distinção entre o público e o privado se coadunaria também com uma ampliação das “perspectivas sociais” do empresariado, com o necessário aumento do envolvimento dos dirigentes empresariais nos problemas sociais, tanto a nível local como a nível nacional; o que poderia, por sua vez,

contribuir para uma aplicação social mais eficaz das novas técnicas de administração, as quais, diversamente das normas governamentais burocratizadas, têm comprovado sua eficiência e sua responsabilidade aos estímulos externos (BRZEZINSKI, 1971, p. 235).¹⁶

Dessa forma, Brzezinski propõe claramente a criação de mecanismos que liguem os governos, as universidades e as comunidades de negócios. A participação empresarial no processo educacional seria outro ponto chave nesse processo; afinal, esses mecanismos teriam de vir junto de uma mudança geral na “formação cultural” da sociedade, que começaria por reformas educacionais amplas no sentido de diminuir o tempo em que o jovem passa “apenas” se formando – o que na opinião do autor estava na raiz da base social da Nova Esquerda e dos movimentos “contraproducentes” para a sociedade (BRZEZINSKI, 1971, p. 241).

Felizmente, segundo o autor, alguns fatores poderiam auxiliar nessa tarefa, afinal, uma crescente experiência internacional da elite intelectual norte-americana estimulou uma inclinação a considerar os problemas contemporâneos como parte de uma estrutura maior.

Uma questão a ser destacada nesse raciocínio de Brzezinski é que o sucesso dos EUA em lidar com este contexto e manter sua sociedade democrática “sadia” seria fundamental para *dar um exemplo* a um mundo “dominado ainda por conflitos raciais e ideológicos”. O fracasso dos EUA nesta tarefa seria um retrocesso não só para si, mas para o mundo todo; colocar a ordem no mundo implicava colocar ordem, primeiro, dentro de casa.



OS GUETOS LOCAIS E OS GUETOS GLOBAIS: MÉTODOS DE ROTINIZAÇÃO DO CONFLITO

Segundo Brzezinski, os EUA, por serem o principal disseminador global da “revolução tecnocrônica”, tenderiam a exercer o maior impacto sobre todas as outras sociedades. Este fato, no entanto, teria o efeito paradoxal de fazer com que o comunismo crescesse em função das aspirações frustradas dos povos que observam os EUA. Em outras palavras, todo tipo de ideologia anti-capitalista ou anti-imperialista estaria baseado num grande recalque em relação aos EUA. Mesmo a Europa estaria permanentemente atenta aos desenvolvimentos que ocorrem nos EUA, atenção movida não apenas pelo temor de uma liderança tecnológica norte-americana, mas pela crescente presença nos mercados europeus de empresas americanas que exploram vantagens como escala e organização. Porém, do ponto de vista dos europeus, tratar-se-ia de uma apreciação positiva da “tecno-estrutura” norte-americana e por um desejo de adaptar a experiência americana ao contexto europeu.

Esta influência da inovação e da presença econômica dos EUA, ou estimulada por ele, estaria, segundo o autor, preenchendo o lugar do “sistema imperial informal” consolidado pelos EUA especialmente ao fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, período que conheceu a expansão de bases militares dos EUA pelo mundo todo. A anterior dependência militar em relação aos EUA estaria declinando firmemente ao longo dos anos 1960, com poucas exceções, “apesar dos esforços políticos dos EUA para mantê-la”. Cada vez mais, a influência dos EUA desenvolveria sua natureza “porosa e quase invisível”, que age pela “interpenetração de instituições econômicas” (...), pelos “conceitos partilhados por intelectuais refinados”, e pela “combinação de interesses burocráticos” (BRZEZINSKI, 1971, p. 45).

Seria, aliás, esse novo tipo de relação com o mundo o que teria escapado, segundo Brzezinski, às análises marxistas do imperialismo, as quais veriam-no apenas como expressão de um impulso imperial, ignorando a dimensão da revolução científico-tecnológica que impeliu a imitação do país mais adiantado pelo mais atrasado, estimulando a exportação, dos primeiros para os segundos, de técnicas e habilidades de organização (BRZEZINSKI, 1971, p. 45). Para Brzezinski essa relação pode ser até “assimétrica”, mas o conteúdo dessa “assimetria” não poderia ser “tachado de imperialismo” (BRZEZINSKI, 1971, p. 45).

Desse modo, o Terceiro Mundo seria, em primeiro lugar, uma vítima da revolução tecnocrônica, já que, mesmo crescendo rápido, estariam sempre dominados por “sentimentos intensos de privação psicológica”:

Num mundo eletronicamente entrelaçado, o subdesenvolvimento absoluto ou relativo será intolerável, especialmente à medida que os países mais adiantados começarem a ir além daquela era industrial em que os países menos adiantados terão ainda de entrar. Já não se trata mais, portanto, de uma questão de ‘revolução das expectativas crescentes’. O Terceiro Mundo enfrenta hoje o espectro das aspirações insaciáveis (BRZEZINSKI, 1971, p. 47).

A analogia que o autor propõe dessa nova política global é com as identidades múltiplas dos moradores das grandes cidades: nas metrópoles americanas, por exemplo, a política seria caracteristicamente desordenada, na qual interagem diferentes grupos de pressão e interesses especiais, comunidades étnicas, organizações políticas, instituições religiosas, grandes forças industriais ou financeiras, submundo criminal, etc, num padrão que oscila continuamente entre um “estado de guerra limitada” e um estado de “relativa acomodação”. A política global estaria adquirindo condições análogas, em que os Estados Nacionais não são mais os únicos atores, e nações que se encontram em diferentes épocas históricas de desenvolvimento interagem “criando fricções, padrões variados de acomodação e alinhamento sempre em mutação”.

Dessa forma, os métodos de enfrentar os conflitos internacionais teriam de tornar-se igualmente análogos àqueles empregados para conter discórdias urbanas. O aspecto mais típico seria a *rotinização do conflito*, restringindo-se e regulando-se a violência direta, sendo considerada um desvio da norma, até que atinja os níveis “socialmente toleráveis”. Essa abordagem pressupõe que certa proporção de crime tenha de ser aceita “pelo bem da ordem”, tornando-se o crime organizado, portanto, uma extensão dessa ordem. Segundo o autor,



A rotinização do conflito numa escala global tem sido a meta dos estadistas há muitas décadas. Acordos, convenções e pactos têm procurado governá-la. Nada disso pôde ser eficaz num sistema de unidades relativamente distintas e soberanas, mas o aparecimento das comunicações rápidas, que criou não só a proximidade física, mas também o conhecimento imediato de eventos distantes, e o começo da era nuclear, que pela primeira vez colocou o poder de verdadeira destruição global ao dispor de pelo menos dois Estados, alterou fundamentalmente o padrão do conflito internacional. De um lado, tais fatores reduziram-lhe o nível, e de outro aumentaram-lhe o potencial e o alcance (BRZEZINSKI, 1971, p. 21).

A rotinização do conflito, contemporaneamente, teria significado também um desvio da guerra contida e prolongada, típica da era industrial, para surtos esporádicos de violência, que, numa época de bombas nucleares, ocorrem majoritariamente na periferia da confrontação (o Terceiro Mundo).

Em suma, para Brzezinski, a “praga” dos guetos urbanos nos EUA equivale à posição global dos países menos desenvolvidos, particularmente na Ásia e na África, no sentido de que seu problema não seria ausência de mudança, e nem mesmo de mudança demasiado lenta. Ao contrário, seu problema decorreria de um sentimento de privação frente ao avanço dos mais avançados, do qual se tornaram cientes graças ao desenvolvimento das comunicações. Ou seja, mesmo que as transformações objetivas ligadas ao desenvolvimento industrial ocorram aceleradamente, elas não acompanham o ritmo das transformações subjetivas, que teriam se desenvolvido mais rapidamente nas áreas da comunicação e da educação. É o “desejo de igualdade”, segundo ele, que fazia com que a maioria dos líderes dos países novos “abraçassem o socialismo”, sob formas “anti-democráticas”, “nacionalistas” e “fortemente emocionais”. Como a revolução tecnocrônica não é territorial, mas espaço-temporal, essa geração toda de estudantes vive subjetivamente nesta era tecnocrônica, ainda que suas sociedades imediatas não vivam (BRZEZINSKI, 1971, p. 110).¹⁷

No raciocínio de Brzezinski, enquanto o século XIX foi o século da liberdade, o século XX seria o da igualdade. Porém, uma vez que essa igualdade “não há de ser provavelmente obtida no plano objetivo”, será procurada mais e mais “no plano subjetivo”. Essa “paixão pela igualdade” em todos os planos decorreria do fato de que agora, pela primeira vez na história da humanidade, a desigualdade já não está mais isolada pelo tempo e a distância (BRZEZINSKI, 1971, p. 113).

Para o autor, o maior acesso à comunicação produz os efeitos acima mencionados; já o maior acesso à educação teria trazido também problemas específicos próprios. Se por um lado o treinamento avançado é muito limitado para manter a modernização, por outro, a capacidade mesma de absorver pessoal tecnicamente treinado é insuficiente, o que gera “uma classe descontente de graduados de cursos superiores, composta especialmente pelos formados pelas faculdades de direito e de estudos liberais” (...) “impossibilitados de conseguir emprego compensador compatível com sua expectativa expandida”, problema que seria ainda mais agravado pela introdução da automação em certos setores industriais desses países. Assim, este tipo de estrutura educacional contribuiria para o surgimento de uma

classe inadequadamente treinada de jovens que, com suas frustrações e crescente radicalismo e suscetibilidade a apelos utópicos, encontra muitos paralelos naquelas classes cultas existentes no século XIX nas regiões mais atrasadas da Europa, particularmente na Rússia e nos Bálcãs (BRZEZINSKI, 1971, p.56).

Essa “pseudo-intelectualidade nativa”, nas palavras do autor, era influenciada por doutrinas defendidas por Franz Fanon, Régis Debray, ‘Che’ Guevara e outros, tentando adaptar o marxismo europeu do século XIX às condições dos “guetos globais industrialmente atrasados” do século XX. Esse “intelectual descontente”, jovem, seria mais inclinado a promover a violência, a compor os quadros dos “partidos menos responsáveis” e a formar os “séquito dos demagogos”, todos os quais ameaçam fortemente a estabilidade política. É nessa “base social” que estaria o manancial de uma geração de líderes de tentativas de levantes revolucionários ou anti-imperialistas no Terceiro Mundo (BRZEZINSKI, 1971, p.59).¹⁸

Fica subentendido em todo o raciocínio que impedir isso implicaria, entre outras coisas, modificar a estrutura de educação desses países – numa análise absolutamente coerente, em seu sentido



psicologizante e explicitamente reacionário, com sua visão da “Nova esquerda” nos EUA, a qual também deveria ser combatida, basicamente, com mudanças na área educacional. Destaque-se aqui que todas as recomendações feitas em relação à política para o Terceiro Mundo envolvem o incentivo a movimentos internos, e não, a confrontação externa direta, tal como foi a postura recomendada por Brzezinski em relação à sua terra natal, a Polônia, anos antes. O alvo político principal a ser atacado é o das lutas igualitárias.

Uma “comunidade das nações desenvolvidas” para enfrentar o conflito internacional

O incentivo a mudanças na estrutura educacional seria, no entanto, apenas uma parte das políticas que Brzezinski pensava necessárias para lidar com a nova conjuntura mundial. Como pensar uma política externa do “mundo desenvolvido” em relação aos “guetos globais”, isto é, ao Terceiro Mundo, dado este contexto?

Segundo Brzezinski, a antiga política de “auxílio” externo, “destinada a superar a condição específica de miséria e atraso” (sic), “torna-se mais um ponto de fricção, e

(...) estimula novas tensões subjetivas”. A ajuda econômica de base internacional, isto é, multilateral) seria uma forma de resposta a este perigo, no entanto, só pode ser realmente eficaz se, além dela, “os recursos emocionais do país recipiente forem mobilizados, e se for criado certo grau de entusiasmo e propósito popular” – o que exige “uma liderança nativa que saiba ao mesmo tempo sacudir as massas e utilizar inteligentemente o auxílio externo” (o que é raro, segundo o autor).¹⁹

Em relação à atuação especificamente dos EUA na esfera internacional, Brzezinski destaca justamente, em primeiro lugar, a conveniência de diminuir os orçamentos armamentistas e desenvolver “forças internacionais de paz internacional” – de forma, inclusive, a compartilhar responsabilidade militares com as demais potências; e em segundo lugar, atender ao imperativo da ajuda internacional ao Terceiro Mundo (BRZEZINSKI, 1971, p. 246). A extensa presença militar dos EUA no exterior, segundo Brzezinski, teria se tornado contraproducente, e antiquadas as antigas esferas de influência, assim como anacrônica a maquinaria diplomática norte-americana, moldada ideologicamente no período “pré-global” e “pré-tecnocrônico”.

Nesse cenário, a rivalidade americano-soviética, embora persistindo, deveria tomar um caráter menos ideológico e mais pragmático. Também deveria declinar a “relação especial” dos EUA com a América Latina, já que, para Brzezinski, se os EUA não mudassem sua atitude em relação ao continente, os nacionalismos latino-americanos só tenderiam a aumentar sua base popular.²⁰ Uma atitude “mais desprezada” para com os processos revolucionários mundiais e uma preocupação “menos ansiosa” com a URSS também ajudariam os EUA a terem uma melhor relação com a China.

Outro ponto fundamental nessa reestruturação das relações dos EUA com o mundo seria um tratamento das relações econômicas internacionais e de ajuda externa *de forma despolitizada*, “mesmo que a finalidade básica última seja ainda política”. Nesse sentido seria providencial dar um papel mais elevado aos organismos internacionais encarregados desta tarefa e à eliminação das restrições comerciais. Este tipo de ação, via organismos internacionais e despolitizada, seria muito mais bem-sucedida do que aquele tipo de ação que visa uma mudança política rápida, através da “influência” (leia-se, chantagem) econômica direta (BRZEZINSKI, 1971, p.256-7).

Para que tudo isso pudesse ocorrer, no entanto, seria necessária a criação de uma coordenação entre os países desenvolvidos, especialmente entre suas elites políticas, num “esforço internacional sem precedentes” de ampliação das “esferas de coordenação econômica e política”.

É no último ponto do livro, intitulado “Uma comunidade das nações desenvolvidas”, que Brzezinski vai propor claramente aquilo que seria a *Trilateral Commission*. Neste ponto, Brzezinski começa assinalando que as mudanças mais importantes viriam das relações entre EUA, Japão e Europa Ocidental, por serem áreas de promissor crescimento econômico, de manutenção de formas políticas democráticas e representam as regiões mais vitais do mundo.²¹ Embora a existência de regimes democráticos fosse uma coisa em comum, não era de forma alguma garantia, segundo Brzezinski, de cooperação entre elas.²² O movimento irresistível no sentido de um maior entrelaçamento entre essas comunidades deveria ser coordenado de forma gradual, porém, permanente.



O chamado trilateralismo, que se tornaria finalmente política de Estado com Carter em 1977, já está aqui em semente. Em Brzezinski encontramos as noções básicas para a criação da Trilateral: a idéia de que a ameaça do Terceiro Mundo deve ser combatida por outras formas que não a confrontação direta; a noção de interdependência; a noção de “crise da democracia”; o clamor pela união das “sociedades avançadas”.

Nesta “era tecnocrônica” (ou “pós-industrial”) os Estados-Nação não mais como portadores e defensores de interesses nacionais, mas sim como “lugares geográficos onde a interdependência acontece”; isso, segundo ele, implicaria numa renúncia a políticas nacionais como a de pleno emprego, surgidas nas décadas do pós-guerra, algo que seria levado a cabo pelo neoliberalismo.

Percebe-se, assim, como, na obra de Brzezinski, o conflito internacional está ligado ao conflito interno; ou, em suas palavras, o “gueto global” ao “gueto local”. EM ambos, devem ser atacados os impulsos igualitaristas e militantes. O fortalecimento da “democracia” considerada em crise por conta da disseminação desses impulsos, significava, na verdade, o restabelecimento da “ordem”, tanto no plano interno como no plano internacional.

Considerações finais

Os movimentos dos anos 1960, em suas mais diversas formas, atingiram praticamente todo o mundo. Em alguns lugares, eles chegaram a ameaçar seriamente a ordem estabelecida no pós-Segunda Guerra. A resposta das classes dominantes variou.

O vento de 1968 soprou na nuca das classes dominantes do mundo todo como um furacão. Seus mais importantes intelectuais orgânicos se puseram a elaborar sobre seu impacto e significado, e principalmente, sobre as maneiras mais sofisticadas de responder a essa “nova era” de questionamento e de revolução nos costumes e na cultura. Dos setores conservadores veio a crítica ao “hedonismo” e às novidades encaradas como “irracionais”.

Z. Brzezinski foi um dos mais argutos dentro desses setores conservadores. Sem perder o lastro no anti-comunismo ferrenho, procurou encontrar para o *establishment* uma elaboração política que respondia tanto as conflitos internos quanto aos conflitos internacionais, exacerbados desde a emergência do chamado “Terceiro Mundo”.

A fórmula apresentada por ele cabia ao “gueto local” e ao “gueto global”: tratava-se não da negação do conflito, mas de estabelecer uma estrutura em que o conflito fosse “rotinizado”, reduzido dentro de certos limites. Essa é uma visão de alguém que realistamente sabe que é impossível eliminar o conflito, mas que compreende que seu tratamento pode reduzir bastante sua potencialidade. É em suma essa a filosofia que seria adotada pela *Trilateral Commission*, a mais ousada iniciativa política internacional do início dos anos 1970 por parte do capital monopolista, quando propõe que os países sob ditaduras passem por transições democráticas graduais, ou quando propõe que os principais motivos de discórdia na Organização das Nações Unidas sejam transferidos para instituições “técnicas”.

A intervenção de Brzezinski em *Entre duas eras* conectava a questão da ordem interna com a questão da ordem internacional, ambas entendidas como ameaçadas por esse amplo movimento contestatório. Reconstruir a hegemonia, nesse contexto, era reelaborá-la, soerguê-la com novas bases; e para isso era fundamental apostar em soluções diferentes, a principal delas sendo as formas de administração do conflito.

Notas

- 1 Eric Hobsbawm (1996), por exemplo, em sua história do século XX localizou justamente em 1973 o fim da “Era de Ouro” e o início do “Desmoronamento”, tomando como marco o chamado choque do petróleo.
- 2 Um resumo biográfico de Brzezinski pode ser encontrado em <https://csis.org/expert/zbigniew-brzezinski> (perfil do autor no CSIS – Center for Strategic & International Studies).
- 3 Nowak-Jezioranski chegou a trabalhar como conselheiro da *National Security Agency* durante as administrações Carter e Reagan. Foi um dos proponentes da entrada da Polônia na OTAN, lograda em 1999, e na União Européia. Desde os anos 1990 até 2002, escreveu e apresentou diversos programas na televisão



polonesa, e foi também autor de diversos *best-sellers*, tendo ganhado diversos prêmios literários europeus. Fonte: <http://jezioranski.org/>.

- 4 Em 1976, funde-se com a *Radio Liberty*, fundada em 1953 com os mesmos objetivos de propaganda anti-comunista, mas tinha como alvo a própria URSS (enquanto a *Radio Free Europe* tinha como alvo seus satélites no leste europeu). Embora tenha diminuído bastante sua atividade na Europa desde o fim da Guerra Fria, mantém 20 escritórios e transmite para 21 países em 28 línguas, incluindo Armênia, Rússia, Irã, Afeganistão, Paquistão e Iraque, tendo como slogan “Free media in unfree societies”. Ver <http://www.rferl.org/info/history/133.html>. Acessado em 25 de maio de 2016.
- 5 Publicou três artigos na importante revista *Foreign Affairs*, publicada pelo *Council on Foreign Relations*: “Reparation realities”, em 1928; “Dictatorship in Germany?”, em 1930, e “Constitutional Government and Politics”, em 1937 (<http://www.foreignaffairs.com/author/carl-joachim-friedrich>).
- 6 Senador democrata por Dakota do Sul entre 1963 e 1981, o historiador George McGovern (1922-2012) foi o nome do Partido Democrata que se opôs a Nixon nas históricas eleições de 1972, marcadas pelo debate sobre a guerra. McGovern ficou mais conhecido após sua tentativa parlamentar de conter a escalada da guerra, através da McGovern-Harfield Amendment.
- 7 O conflito entre Vance e Brzezinski, ambos trilateralistas, ficou explícito em pelo menos dois episódios: quando da ocupação soviética no Afeganistão, e quando do início revolução iraniana, ambos em fins de 1979. No primeiro caso, Vance acusou Brzezinski de provocar a ocupação soviética; e no segundo, enquanto Brzezinski defendia uma política para evitar a ascensão do Aiatolá Komeini de qualquer forma, Vance defendia o reconhecimento do novo governo e a negociação com ele. A posição de Brzezinski acabou prevalecendo e Vance renuncia em março de 1980 (meses antes do fim do mandato), mas a hesitação e a falta de uma estratégia coerente perante a opinião pública abala definitivamente a imagem do governo Carter.
- 8 Também os relatórios da inteligência americana dessa época são considerados fiascos históricos. Moniz Bandeira, nas páginas supracitadas, com base em diversa documentação, que uma aliança entre a CIA e a candidatura de Reagan esteve por trás da sabotagem da operação do resgate dos reféns em 1979, evento que abalaria definitivamente o governo Carter.
- 9 A primeira edição brasileira, pela Artenova, é de 1971, e modificou um pouco o sentido do subtítulo, omitindo o termo “era tecnocrônica”.
- 10 Ver Hoeveler, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral*. Dissertação de mestrado. Niterói, PPGH-UFF, 2015.
- 11 Nesse ínterim, o processo educacional se tornaria mais extenso e cada vez mais dependente de auxiliares áudio-visuais (e, implicitamente, menos intermediação humana).
- 12 Note-se que o termo “alienação”, aqui, não se refere ao sentido filosófico, e sim ao sentido mais geral de “afastamento”.
- 13 A referência a Daniel Bell é, mais uma vez, direta, especialmente em relação ao papel “cimentador” da ideologia.
- 14 Nas palavras de Anderson, “Com *A condição pós-moderna* Lyotard anunciou o eclipse de todas as narrativas grandiosas. Aquela cuja morte ele procurava garantir acima de tudo era, claro, a do socialismo clássico. Nos textos subsequentes ele ampliaria a lista das grandes narrativas então extintas: a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano, a unidade romântica, o racismo nazista, o equilíbrio keynesiano. Mas o referencial que comandava sempre foi o comunismo. E quanto ao capitalismo?” (ANDERSON, 1999, p. 28).
- 15 Lembre-se que estamos falando da época de figuras populares filiadas à esquerda política, como John Lennon, Bob Dylan, Angela Davis, Martin Luther King, Malcolm X, etc.
- 16 Interessante notar que àquela altura, algumas entidades das elites orgânicas transnacionais, como o CED (*Committee for Economic Development*) discutiam novas formas de “participação social” do empresariado corporativo.
- 17 “Diversamente da era industrial, que exigia que uma sociedade sofresse industrialização intensa antes que a nova classe proletária pudesse tornar-se socialmente importante, a revolução tecnocrônica espaço-temporal atinge diretamente e porque seu estado de espírito é formado por fatores de fora de seu contexto social imediato”.
- 18 O diálogo com Samuel Huntington de *Political Order in Changing Societies* aqui é explícito. Nessa obra, Huntington afirmava que um problema central das sociedades chamadas “pretorianas” e que nelas constituía fonte de instabilidade política permanente era, além da falta de cultura cívica, o fato de que todos faziam “política”, quando essa atividade deveria ser reservada aos seus profissionais. (HUNTINGTON, 1975)



- 19 Brzezinski é bastante cético com relação à perspectiva para a democracia nesses países, afirmando uma maior probabilidade de turbulências esporádicas que resultem em ditaduras pessoais. Ainda assim, a importância de defender os direitos humanos seria um componente de uma política dos países avançados com relação aos atrasados.
- 20 “Desta forma, seria sensato que os EUA fizessem um movimento explícito para abandonar a Doutrina Monroe e aceitassem que, na nova era global, a contigüidade geográfica e hemisférica já não precisasse ser politicamente decisiva. Nada seria mais salutar para as relações pan-americanas do que se os EUA se colocassem no mesmo plano de suas relações com o resto do mundo, limitando-se a acentuar as afinidades político-culturais (como com a Europa Ocidental) e as obrigações sócio-econômicas (como com os países subdesenvolvidos)” ((BRZEZINSKI, 1971, p. 256).
- 21 Brzezinski logo passaria a se concentrar nas especificidades do Japão, publicando em 1972 um livro sobre a política externa norte-americana em relação ao Japão, incluindo seu recente processo de expansão do uso de energia nuclear.
- 22 Nesse ponto, Brzezinski claramente discorda da máxima liberal de que democracias não guerreiam entre si.

Referências

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ANDRIANOPOULOS, Gerry Argyris. *Kissinger and Brzezinski: The NSC and the Struggle for Control of U.S. National Security Policy*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1991.
- ARENDT, Hanna. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1989 [original de 1949].
- ARGUMEDO, Alcira. *Los labirintos de la crisis*. America Latina: poder transnacional y comunicaciones. Buenos Aires: Folios Ediciones, 1984.
- BELL, Daniel. “The measurement of knowledge and technology”. In SHELDON, Eleanor & MORRE, Wilbert (eds.), *Indicators of social change: concepts and measurements*. Nova York, Russell Sage Foundation, 1968.
- _____. *The cultural contradictions of capitalism*. Nova York: Basic Books, 1978.
- _____. *O fim da ideologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. [Original de 1960, The Free Press]
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *Entre duas eras*. América: laboratório do mundo. Rio de Janeiro: Artenova, 1971. [1969] Tradução de J.A. Fortes.
- _____. *The Fragile Blossom: Crisis and Change in Japan*. Nova York: Harper and Row, 1972.
- _____. & HUNTINGTON, S. *Political Power: USA/USSR*. New York: Viking Press, 1963.
- _____. & FRIEDRICH, C.J. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1956.
- _____. “Peaceful Engagement in Eastern Europe”. *Foreign Affairs*, p.642-654, Julho/1961.
- CALLINICOS, Alex. *Against post-modernism: a marxism critique*. Cambridge, UK: Polity Press, 1989.
- CHRISTOFFERSON, Michael Scott. *French intellectuals against the left: the antitotalitarian moment of the 1970's*. New York: Berghahn Books, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Rumo a uma nova guerra fria*. Política externa dos EUA, do Vietnã a Reagan. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- FRANCIS, Paulo. *Nixon x McGovern: as duas Américas*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1972.
- GIMBEL, John. *The american occupation of Germany: politics and the military, 1945-1949*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1968.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

_____. *A virada cultural*. Reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. “Periodizando os anos 60”. In. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.81-126.

LOSURDO, Domenico. “Para uma crítica da categoria de totalitarismo”. In. *Crítica Marxista*. São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.17, 2003.

MAYER, Arno. *Dinâmica da contra-revolução na Europa.1870-1955*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano*. 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1961.

TRAVERSO, Enzo. “El totalitarismo: usos y abusos de un concepto”. In. FEIERSTEIN (ed). *Genocidio: la administración de la muerte en la modernidad*. Buenos Aires: Eduntref, 2005.

